

Educação *Investir no ensino*

O governo do Estado quer, no prazo de dois anos, transferir para os municípios 2,5 mil escolas onde 2,5 milhões de alunos estudam em classes de primeira a quarta séries. É uma medida justa, porque transfere para as prefeituras a responsabilidade que recai totalmente sobre as costas do Estado. A melhora da qualidade do ensino ocorrerá

porque a comunidade e as escolas trabalharão mais próximas, reduzindo a distância imposta pela burocracia.

É mais que hora de os municípios paulistas cumprirem o que lhes compete, no setor educacional. Desde que a Constituição de 1988 foi promulgada, os municípios tiveram crescimento de receita de cerca de 200%. Apesar disso, a participação das prefeituras no ensino de primeiro grau foi praticamente nula, pelo menos em São Paulo. A maioria preferiu cumprir a exigência de investir 25% de suas arrecadações em Educação, construindo e mantendo creches e pré-escolas, obras politicamente mais rentáveis. A Capital, por exemplo, mantém pouco mais de 585 mil alunos na rede municipal de ensino básico e 400 mil nas pré-escolas. A cidade mais rica do País se responsabiliza por apenas 10% dos seus estudantes do ensino fundamental.

A partir do dia 1º de janeiro, no entanto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério começará a vigorar e os municípios não terão mais por que se negar a investir em ensino fundamental. A emenda constitucional, aprovada em setembro, criou o fundo e determinou que os municípios terão de investir 15% de sua receita no ensino básico, de um total de 25% que a

Municipalização do ensino deverá melhorar a qualidade do serviço prestado na rede pública

Constituição manda aplicar no setor educacional. As prefeituras que não tiverem escolas de ensino fundamental não poderão retirar os 15% do fundo e aquelas que têm rede mínima só terão direito ao

equivalente necessário para a manutenção das suas poucas escolas. Ou seja, as transferências da União para os municípios que dedicarem pouca atenção ao

ensino básico sofrerão baixa considerável, a menos que essas prefeituras reconsiderem suas políticas. Isso, aliás, será essencial, porque o dinheiro do fundo só será enviado aos municípios depois que esses criarem os seus Conselhos Municipais de Educação. Nele estarão reunidos pais, alunos, professores e representantes da sociedade, que estabelecerão quando, como e onde os recursos serão investidos.

Esta pode ser a solução para a crise das redes públicas de ensino. Conforme dados do Ministério da Educação, de cada 1.000 alunos que ingressam na primeira série do primeiro grau, 400 repetem o ano. Apenas 58% chegam até a quarta série, consumindo mais de 6 anos para tal. Dos 1.000 iniciantes, somente 43% cursam a oitava série, depois de 11 anos de escola. A repetência consome recursos e impede que a escola apresente resultados razoáveis. O governo federal não tem responsabilidade direta sobre o ensino fundamental, mas deve ter sobre a cobrança do cumprimento dos deveres de Estados e municípios.

A falta de cobrança por parte do poder público e da comunidade é a principal causa da degradação do ensino. Agora, o governo federal encontrou uma forma de obrigar os municípios a colocar o dinheiro onde ele faz falta: no ensino básico.

2 * NOV 1996

ESTADO DE SÃO PAULO